

ANEXO 2 — INFORMAÇÕES ADICIONAIS RELACIONADAS COM A ELEGIBILIDADE DOS CUSTOS

1. CONTRIBUIÇÕES UNITÁRIAS

1.1 Viagens

Local de origem: local onde está localizada a organização de envio.

Meios de transporte sustentáveis: bicicleta, autocarro, automóvel partilhado e comboio. A agência nacional pode aceitar outros meios de transporte como sustentáveis com base na prática estabelecida e numa base casuística.

Viagens a contribuição unitária de viagem para meios de transporte sustentáveis (viagens ecológicas) é elegível se tiverem sido utilizados meios de transporte sustentáveis na maior parte da viagem de ida e volta (em termos de distância percorrida).

Contribuição unitária por intervalo de distância: o montante pago por uma viagem de regresso entre o local de partida e o local de chegada.

Local da atividade: o local onde está localizada a organização de acolhimento. Se for indicado outro local de origem ou do evento, o beneficiário tem de explicar o motivo da diferença.

O tempo de viagem não será tido em conta para determinar a conformidade com a duração mínima elegível das atividades de mobilidade especificadas no Guia do Programa.

a) Cálculo da contribuição unitária total:

A contribuição unitária total para viagens é calculada multiplicando o número de participantes e acompanhantes, por intervalo de distância, pela contribuição unitária aplicável a esse intervalo e

Para determinar o intervalo de distância aplicável, o beneficiário tem de indicar a distância de uma viagem de ida utilizando a calculadora de distâncias eletrónica disponível no sítio Web da Comissão, em: http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/tools/distance_pt.htm.

A contribuição unitária total para o apoio às viagens é calculada pelo beneficiário na ferramenta Erasmus+ de apresentação de relatórios e gestão com base nas taxas de contribuição unitária aplicáveis.

b) Fator de desencadeamento

A viagem é elegível se o participante tiver efetivamente realizado a atividade.

c) Documentos comprovativos

O documento comprovativo é uma declaração assinada pela organização de acolhimento, que especifica o nome do participante, o objetivo da atividade, bem como as datas de início e de fim da atividade de mobilidade presencial.

Se estiverem envolvidos acompanhantes, os seus nomes e a duração de estada devem ser incluídos no mesmo documento.

Além dos documentos comprovativos supramencionados, em caso de utilização de meios de transporte sustentáveis (viagens ecológicas): uma declaração sob compromisso de honra assinada pela pessoa que recebe a subvenção de viagem servirá de documento comprovativo.

Se o ponto de partida da viagem for diferente do local de origem ou o ponto de destino for diferente do local do projeto, o beneficiário tem de comunicar o motivo dessa diferença. Caso não tenha tido lugar qualquer viagem ou a viagem tenha sido financiada por outras fontes que não o Programa Erasmus+, o beneficiário indicará no seu relatório que não é necessário apoio financeiro à deslocação.

1.2 Apoio individual

a) Cálculo da contribuição unitária total:

A contribuição unitária total é calculada multiplicando o número de dias de atividade por participante e acompanhante pela contribuição unitária aplicável por dia ao país de acolhimento em causa, nos termos previstos no anexo 3 da convenção. Podem ser acrescentados dias de viagem, se tal for pertinente para uma atividade específica.

Em caso de interrupção durante a estada, o período de interrupção não é tido em conta no cálculo da subvenção de apoio individual. Em caso de interrupção por motivos de força maior, o participante tem de ser autorizado a retomar e a prosseguir as atividades após a interrupção (nas condições estabelecidas na presente convenção).

Em caso de resolução da convenção de subvenção do participante por motivos de força maior, o participante tem direito a receber o montante da subvenção correspondente à duração efetiva do período de mobilidade. Os fundos remanescentes têm de ser reembolsados ao beneficiário, exceto acordo em contrário por ambas as partes.

b) Fator de desencadeamento:

O apoio individual é elegível se o participante tiver efetivamente realizado a atividade durante o período especificado.

c) Documentos comprovativos:

O documento comprovativo é uma declaração assinada pela organização de acolhimento, que especifica o nome do participante, o objetivo da atividade, bem como as datas de início e de fim da atividade de mobilidade presencial.

d) Apresentação de relatórios:

Os participantes têm de utilizar o questionário normalizado em linha fornecido pela Comissão Europeia (o relatório de participação) para prestar informações factuais, bem como a sua apreciação da atividade de mobilidade e a respetiva preparação e seguimento.

1.3 Apoio organizacional

a) Cálculo da contribuição unitária total

A contribuição unitária total é calculada multiplicando o número total de participantes nas atividades de mobilidade pela contribuição unitária aplicável, nos termos previstos no anexo 3 da convenção. Acompanhantes e as pessoas que participam em visitas preparatórias não são considerados participantes nas atividades de mobilidade e não são considerados para efeitos de cálculo do apoio organizacional.

b) Fator de desencadeamento:

O apoio organizacional só é elegível se o participante tiver efetivamente realizado a atividade.

Documentos comprovativos:

O documento comprovativo é uma declaração assinada pela organização de acolhimento, que especifica o nome do participante, o objetivo da atividade, bem como as datas de início e de fim da atividade de mobilidade presencial.

1.7 Apoio à inclusão para organizações

a) Cálculo da contribuição unitária total:

A contribuição unitária total é calculada multiplicando o número total de participantes com menos oportunidades em atividades de mobilidade, pela contribuição unitária aplicável, tal como especificado no anexo 3 da convenção.

b) Fator de desencadeamento:

O apoio à inclusão das organizações é elegível se o participante tiver efetivamente realizado a atividade

c) Documentos comprovativos:

O documento comprovativo é o seguinte:

uma declaração assinada pela organização de acolhimento e pelo participante que especifique o nome do participante, o objetivo da atividade e as datas de início e de fim da atividade.

E ainda: a documentação especificada pela agência nacional admissível como prova relevante de que o participante pertence a uma das categorias de menos oportunidades enumeradas no Guia do Programa.

1.8 Apoio linguístico

a) Cálculo da contribuição unitária total:

A contribuição unitária total é calculada multiplicando o número total de participantes que recebem apoio linguístico pela contribuição unitária, nos termos previstos no anexo 3 da convenção.

Os participantes que tenham utilizado cursos do Apoio Linguístico em Linha (OLS) serão excluídos deste cálculo. Se o resultado da avaliação de conhecimentos do OLS revelar que o OLS não oferece o nível de um participante na língua exigida, este resultado será considerado como justificação suficiente para reclamar o custo unitário do apoio linguístico, tal como especificado no Guia do Programa.

Os aprendentes em mobilidade de longo prazo receberão apoio linguístico adicional equivalente à mesma contribuição unitária especificada no anexo 3 da convenção.

b) Fator de desencadeamento:

A contribuição unitária é elegível se o participante tiver efetivamente recebido apoio à aprendizagem de línguas.

c) Documentos comprovativos:

O documento comprovativo é uma declaração ou certificado assinado pelo organizador dos cursos, que especifique o nome do participante, a língua ensinada, o formato e a duração dos cursos ministrados ou, no caso de a formação linguística ser ministrada pela organização de envio ou pela organização de acolhimento: uma declaração assinada e datada pela organização que organiza a formação, especificando o nome do participante, a língua ensinada, o formato e a duração do apoio linguístico recebido.

d) Apresentação de relatórios:

O beneficiário tem de apresentar relatórios sobre os participantes que utilizaram subvenções de apoio linguístico e OLS.

1.10 Visitas preparatórias

a) Cálculo da contribuição unitária total:

A contribuição unitária total é calculada multiplicando o número total dos participantes em visitas preparatórias pela contribuição unitária aplicável, nos termos previstos no anexo 3 da convenção.

b) Fator de desencadeamento:

A contribuição unitária para a visita preparatória é elegível se o participante tiver efetivamente realizado a visita preparatória.

c) Documentos comprovativos:

O documento comprovativo é um programa concluído, incluindo os nomes das pessoas visitantes, e assinado pelas pessoas visitantes e pela organização de acolhimento.

2. CUSTOS REAIS

2.1 Apoio à inclusão para participantes

a) Cálculo do montante da subvenção:

A subvenção corresponde ao reembolso de 100 % dos custos elegíveis efetivamente incorridos.

b) Custos elegíveis:

- diretamente relacionados com participantes com menos oportunidades e respetivos acompanhantes. Se a pessoa solicitar o reembolso de viagens e apoio individual ao abrigo desta categoria orçamental, não pode ser solicitada qualquer contribuição unitária para essas categorias para a mesma pessoa.

d) Documentos comprovativos:

prova do pagamento dos custos conexos com base em faturas que especifiquem o nome e o endereço do organismo que emite a fatura, o montante e a moeda, a data da fatura e, se relevante, um documento assinado pela organização de acolhimento especificando as datas confirmadas de início e de fim da estada da pessoa acompanhante.

e) Apresentação de relatórios:

Para cada rubrica de custos desta categoria orçamental, o beneficiário tem de comunicar a natureza dos custos e o montante real dos custos suportados.

2.2 Custos excecionais

a) Cálculo do montante da subvenção:

A subvenção corresponde ao reembolso de 80 % dos seguintes custos elegíveis efetivamente suportados, com exceção dos custos relacionados com vistos, autorizações de residência, vacinas e atestados médicos, que serão reembolsados a 100 %.

b) Custos elegíveis:

- (i) custos relativos a uma garantia de pré-financiamento constituída pelo beneficiário, se essa garantia for exigida pela na, conforme especificado na ficha técnica (ver o ponto 4).
- (ii) Custos de vistos e custos relacionados com vistos, autorizações de residência, vacinas e certificados médicos.

c) Documentos comprovativos:

Para a garantia de pré-financiamento: prova do custo da garantia financeira, especificando o nome e o endereço do organismo emissor, o montante e a divisa da garantia, a data de emissão da garantia e a assinatura do representante legal do organismo que fornece a garantia.

Para custos de vistos e custos relacionados com vistos, autorizações de residência, vacinas e certificados médicos. comprovativo de pagamento dos custos conexos com base em faturas que especifiquem o nome e o endereço do organismo que emite a fatura, o montante e a moeda, assim como a data do documento.